

Pont rebate versão que atribui ao PT responsabilidade pela absolvição

14/09/2007

O deputado Raul Pont disse nesta quinta-feira (13) que não aceita a versão difundida por setores da mídia de que o PT foi o fiel da balança na votação que absolveu o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB). “Num colégio eleitoral com 81 membros, não se pode imputar, levemente, a responsabilidade a uma representação de 12. Antes, é preciso verificar o comportamento das grandes bancadas, que são as que, de fato, decidem os rumos do Senado Federal”, argumentou.

O líder do PT na Assembléia Legislativa gaúcha afirmou, ainda, que pelo menos cinco senadores petistas se manifestaram publicamente pela cassação do mandato de Calheiros, entres eles o gaúcho Paulo Paim e o paulista Eduardo Suplicy. Certo de que o resultado seria outro se o voto fosse aberto, Pont desafiou os demais partidos a aprovarem o fim do voto secreto no Senado. “Proposta com este teor, protocolada pelo senador Tião Viana, do nosso partido, tramitou e acabou sendo arquivada. Neste ano, o Paim rerepresentou o projeto, mas parece que não há interesse em aprová-lo”, frisou.

Classificando a absolvição de Calheiros como um dos mais lamentáveis episódios vivenciados pelo Senado, Pont considera que a corrupção só será freada com uma reforma política que acabe com o voto nominal, institua o financiamento público de campanha e crie a possibilidade de revogação dos mandatos. “O sistema em vigor, baseado no financiamento privado das campanhas, é a principal fonte de corrupção. É preciso enfrentar este tema e não apenas adotar uma postura hipócrita, incapaz de se materializar em ações concretas”, apontou.

O petista defendeu a instituição de uma constituinte exclusiva para mudar o sistema político brasileiro. “O III Congresso do PT aprovou resolução neste sentido. Se houver vontade política do Congresso Nacional, é possível avançar, fortalecendo os partidos, criando mecanismos para que não se comportem como balcões de negócios e dotando a sociedade de instrumentos de efetivo controle sobre os mandatos”, finalizou.